



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

~~Voto~~ PROJETO DE LEI N.º 186/2012

Súmula: Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente lei.

Art. 2º Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao militar ativo, da reserva, da reforma, e gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§1º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nos postos, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2º A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3º O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - gratificação natalina, na forma do art. 45, § 8º e art. 34, inc. IV, da CE/89;

II - terço de férias, na forma do art. 34, inc. X e art. 45, § 8º, da CE/89;

III - diária, conforme legislação em vigor;

IV - indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei 14.268/03 e Decreto nº 3494/04;

V - verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

VI - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, a ser regulamentada por decreto;

VII - indenização por remoção, na forma da presente lei;

VIII - ressarcimento por funeral, na forma da presente lei;
IX - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;
X - diferença de subsídio, na forma da presente lei.

§1º As verbas previstas nos incisos V, VI e X estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§2º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

Art. 4º A indenização por remoção é devida ao militar estadual nas modificações de unidade organizacional, sejam a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem mudança de domicílio no valor equivalente a 1 (um) subsídio de seu respectivo posto.

§ 1º A indenização por remoção será paga somente na efetivação da mudança de domicílio, em parcela única, sendo vedado o pagamento antecipado, o pagamento durante o período de fruição de férias e outros afastamentos.

§ 2º A indenização por remoção não será incorporada e não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

§ 3º A indenização por remoção não poderá ser concedida concomitantemente com diária no novo domicílio.

Art. 5º O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas de sepultamento do militar estadual no valor equivalente a 1 (um) subsídio do posto ocupado.

§ 1º Para o pagamento do ressarcimento por funeral é necessário que o cônjuge, companheiro (a) ou, à falta destes, qualquer pessoa, comprove ter suportado as despesas em virtude do falecimento do militar estadual mediante requerimento administrativo.

§ 2º O pagamento do ressarcimento por funeral será deferido mediante requerimento administrativo, em parcela única, instruído obrigatoriamente com o atestado de óbito, nota fiscal em nome do requerente e comprovante de pagamento de traslado, se for o caso.

§ 3º O ressarcimento por funeral não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 6º O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 (onze) referências para cada posto, conforme Anexo I.

Art. 7º O desenvolvimento na carreira da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros dar-se-á pelos institutos da promoção e progressão.

§1º A promoção do militar ativo de um posto ou graduação para outro imediatamente superior observará as normas contidas na legislação dos militares do Estado do Paraná.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

§ 2º Quando da promoção, o militar ocupará a mesma referência no novo posto ou graduação, conforme a tabela constante do Anexo I.

§ 3º Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformado e geradores de pensão, ressalvada a hipótese de promoção do policial que perder a vida em serviço, prevista no artigo 265 da lei 1943/54.

§ 4º A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro do mesmo posto ou graduação, ao militar que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo III.

§ 5º No momento em que o militar atingir a referência de número 6 (seis) a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 6º Não haverá progressão de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão.

Art. 8º Na data da promulgação da presente lei será efetivado o enquadramento do militar ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II.

Parágrafo único. O enquadramento do militar ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 9º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A revisão geral de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 10. O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 11. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I - soldo;
- II - gratificação adicional por tempo de serviço;
- III - gratificação localidade especial da PM;
- IV - vantagem pessoal;
- V - diferença de soldo;
- VI - diferença de soldo judicial;
- VII - salário-família;
- VIII - gratificação de ensino – Colégio da Polícia Militar;
- IX - gratificação de ensino – PMPR;
- X - substituição de pessoal militar – Soldo;
- XI - substituição PM - Gratificação Especial;
- XII - gratificação de função militar - cursos;
- XIII - indenização de representação do pessoal militar;
- XIV - ajuda de custo PM;
- XV - aquisição uniformes PM;

XVI - indenização de transporte do pessoal militar;
XVII - indenização serviço extraordinário;
XVIII - operação escudo;
XIX - operação verão;
XX - operação safra;
XXI - operação Foz-seguro;
XXII - gratificação técnica;
XXIII - indenização de representação – Ass. Militar;
XXIV - indenização de representação – Força Alfa;
XXV - prêmio especial armas;
XXVI - indenização de representação Casa Militar;
XXVII - indenização de representação – Encargos;
XXVIII - vencimentos dos cargos de provimento em comissão;
XXIX - gratificação de cargo em comissão;
XXX - gratificação representação de gabinete DAS;
XXXI - adicional de inatividade;
XXXII - vantagem pessoal PMPR – Lei 16.469/10;
XXXIII - diferença de salário mínimo;
XXXIV - gratificação de tempo integral;
XXXV - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no artigo 3º.
Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

Art. 12. A remuneração do soldado de segunda classe passa a ser efetivada por meio de bolsa-auxílio no valor constante do Anexo I desta lei.

Art. 13. O servidor dos postos de soldado 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente que for aprovado no curso de formação de oficiais continuará a perceber o subsídio de seu respectivo posto, até tomar posse no novo posto ou graduação.

CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS MILITARES DA REFORMA, RESERVA REMUNERADA E GERADORES DE PENSÃO

Art. 14. Aplica-se aos militares da reforma, reserva remunerada e aos geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º O valor do subsídio dos militares da reforma, reserva remunerada e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º O enquadramento do militar da reforma, reserva remunerada e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º O cálculo dos proventos da reserva remunerada, reforma e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA CONTRIBUIÇÃO DO FASPM FRENTE AO SUBSÍDIO

Art. 15. A contribuição em favor do Fundo de Assistência à Saúde dos Militares Estaduais – FASPM - será considerada de caráter facultativo.

§1º Os militares estaduais da ativa, aposentados e geradores de pensão que tiverem interesse em contribuir para o FASPM devem manifestar sua concordância com o desconto, por escrito, diretamente à Presidência do Fundo.

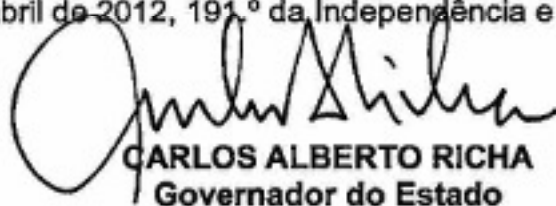
§2º O valor do desconto do FASPM será de 0,5 (meio por cento) do subsídio.

§3º O valor do desconto do FASPM será acrescido em 0,2 (zero vírgula dois por cento) do subsídio por dependente, limitado ao percentual máximo de 2% (dois por cento).

Art. 16. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



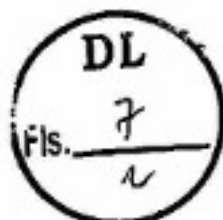
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

POSTO OU GRADUAÇÃO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
CORONEL	14.354,24	15.071,95	15.789,67	16.507,38	17.225,08	17.942,80	18.660,51	19.378,23	20.095,94	20.813,65	21.531,36
TENENTE-CORONEL	13.670,71	14.354,24	15.037,78	15.721,31	16.404,85	17.088,38	17.771,92	18.455,45	19.138,99	19.822,52	20.506,06
MAJOR	12.896,89	13.541,74	14.186,58	14.831,43	15.476,27	16.121,12	16.765,96	17.410,80	18.055,65	18.700,49	19.345,34
CAPITÃO	12.282,75	12.896,89	13.511,03	14.125,17	14.739,31	15.353,44	15.967,58	16.581,72	17.195,86	17.809,99	18.424,13
1o. TENENTE	8.470,87	8.894,41	9.317,95	9.741,50	10.165,04	10.588,58	11.012,12	11.435,67	11.859,21	12.282,75	12.706,30
2o. TENENTE	7.365,97	7.734,27	8.102,57	8.470,87	8.839,16	9.207,46	9.575,76	9.944,06	10.312,36	10.680,66	11.048,95
SUBTENENTE	5.484,18	5.758,39	6.032,60	6.306,81	6.581,02	6.855,23	7.129,44	7.403,65	7.677,86	7.952,07	8.226,27
1o. SARGENTO	4.455,09	4.677,84	4.900,60	5.123,35	5.346,10	5.568,86	5.791,61	6.014,37	6.237,12	6.459,88	6.682,63
2o. SARGENTO	4.132,49	4.339,11	4.545,74	4.752,36	4.958,98	5.165,61	5.372,23	5.578,86	5.785,48	5.992,11	6.198,73
3o. SARGENTO	3.809,89	4.000,38	4.190,88	4.381,37	4.571,87	4.762,36	4.952,86	5.143,35	5.333,84	5.524,34	5.714,83
CABO	3.548,59	3.726,02	3.903,45	4.080,88	4.258,31	4.435,74	4.613,17	4.790,60	4.968,02	5.145,45	5.322,88
SOLDADO 1a. CLASSE	3.225,99	3.387,29	3.548,59	3.709,89	3.871,19	4.032,49	4.193,79	4.355,09	4.516,39	4.677,69	4.838,98

ASPIRANTE A OFICIAL	5.456,27
ALUNO DE 3o. ANO	3.194,40
ALUNO DE 2o. ANO	2.777,74
ALUNO DE 1o. ANO	2.480,12

BOLSA AUXÍLIO PARA SOLDADO DE 2ª CLASSE	1.483,03
--	----------



ANEXO II DA LEI Nº
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA DO POSTO NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
1 ANUÊNIO	7
2 ANUÊNIOS	8
3 ANUÊNIOS	9
4 ANUÊNIOS	10
5 ANUÊNIOS	11

ANEXO III DA LEI Nº
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA DO POSTO
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

MENSAGEM N.º 14/12

Curitiba, 16 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme o que dispõe a Constituição Estadual e a Constituição da República.

Inicialmente, importante frisar que o Anteprojeto de Lei em questão foi exaustivamente debatido e, diante das condições orçamentárias do Estado, chegou-se a um consenso do que poderia ser oferecido, sempre com o objetivo de dar melhores condições aos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

O presente Anteprojeto de Lei é subdividido em cinco capítulos e possui três anexos. O primeiro Capítulo trata de disposições preliminares, dispondo que o sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, será estabelecido por meio de subsídio, conforme tabela do Anexo I da Lei. Assegura ainda a irredutibilidade salarial garantida pela Constituição Federal e que eventuais diferenças decorrentes da implantação do subsídio deverão ser pagas na forma de diferença de subsídio.

O Capítulo II trata da composição do subsídio, especificando quais valores podem ser pagos além do subsídio. No Capítulo III está definida a estrutura remuneratória do subsídio, a organização da carreira militar em onze referências para cada posto e as formas de desenvolvimento na carreira. O Anexo II do Anteprojeto traz as referências de subsídio para o enquadramento dos militares da ativa conforme a nova lei, que se dará com base no número de adicionais por tempo de serviço e será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.459.538-1

No artigo 11 do Anteprojeto de Lei estão relacionadas expressamente as verbas que estão compreendidas no subsídio e são por ele extintas a partir da implantação do novo regime remuneratório. A previsão expressa na Lei com relação a estas verbas é extremamente salutar para o fim de assegurar a natureza de parcela única do subsídio, conforme previsto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal, evitando dúvidas acerca da manutenção do pagamento dessas verbas, uma vez que não há direito adquirido a regime remuneratório. O parágrafo único deste artigo, adequadamente, esclarece: "Não poderá ser concedida, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio."

O Capítulo IV trata da aplicação do subsídio aos militares da reforma, reserva remunerada e geradores de pensão, estendendo a todos estes a remuneração na forma de subsídio. Esclarece, ainda, no § 2.º do art. 14 que o enquadramento desses militares será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA por intermédio de suas unidades administrativas.

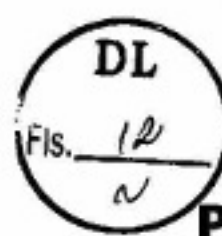
Por fim, o Capítulo V traz as disposições finais e trata da contribuição do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares – FASPM, que passa a ser de caráter facultativo, no percentual de 2% do valor do subsídio.

Isto posto, insofismável a necessidade da presente proposta para atender a reivindicação dos militares estaduais, bem como o que dispõem as Constituições do Estado e da República.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Handwritten initials and marks at the top left.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 25 ABR. 2012
[Signature]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 086/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 25/04/2012
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 14/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme a Constituição Estadual e a Constituição da República.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

1556 25/04/2012 08024-8 DEF. ASSERELIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

2446

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 086/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 14/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme a Constituição Estadual e a Constituição da República.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/12

Projeto de Lei nº. 184/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 014/12

Súmula: Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DISPÕEM A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, BEM COMO ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 45, 46, 48, 49, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 144 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Estadual determina que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros subordinam-se ao Governador do Estado:

Art. 45. São servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

II - Polícia Militar;

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estruturas, competências, bem como direitos,
garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes,
de maneira a assegurar a eficiência de suas
atividades. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido dispõe a Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Militar, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Vistumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR





REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 09 MAIO 2012

Ruy
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

Ademar Traiano
Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL 10/05/12
Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 014/12 que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 09/05/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública



PARECER AO PROJETO DE LEI 184/12

Tendo em vista o disposto no art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública passa a se manifestar sobre o Projeto de Lei 184/12, oriundo da Mensagem 014/12, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e Constituição da República.

Primeiro cabe salientar que o presente Projeto de Lei é fruto de amplo debate entre o Governo do Estado e as classes policiais. Dentro das condições orçamentárias do Estado, a proposição visa oferecer melhores condições à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.

O sistema remuneratório será estabelecido por meio de subsídio conforme tabela do Anexo I, assegurada a irredutibilidade dos proventos. Tal disposição visa assegurar a natureza de parcela única de subsídio conforme art. 37, X e XI, da Constituição Federal, dando maior segurança ao policial militar e bombeiro no Estado do Paraná.

Pelo exposto, considerando os benefícios à sociedade paranaense, esta Comissão manifesta-se **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei 184/12.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

Deputado Estadual
Relator

Deputado Estadual
Presidente

Ademir Siqueira
Elis
Antônio
Gilberto
Ribeiro



LIDER GOVERNO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ EXTRA 7
LIDERANÇA DO GOVERNO

EMENDA DE PLENÁRIO 01 - DAP. 15/05/12

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA AO PROJETO DE LEI 184/12

A presente emenda visa modificar dispositivos do Projeto de Lei 184/12, oriundo da Mensagem Governamental 014/12, que dispõe sobre o subsídio da PM-PR e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme segue:

Art. 1º - O caput do art. 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - A indenização por remoção é devida ao militar estadual nas transferências, sejam a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem em modificações de sede, no valor equivalente a 01 (um) subsídio de seu respectivo posto ou graduação."

Art. 2º - Ficam incluídos os parágrafos 4º e 5º ao art. 4º, conforme a seguinte redação:

§ 4º - O conceito de modificação de sede será regulamentado por decreto.

§ 5º - A indenização por remoção a pedido não poderá ser percebida mais que uma vez no período de 02 (dois) anos.

Art. 3º - O caput do art. 5º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas decorrentes do falecimento do militar estadual no valor equivalente a 01 (um) subsídio do posto ou graduação ocupado."

Art. 4º - O art. 6º passa a conter a seguinte redação:

"Art. 6º - O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 (onze) referências para cada posto ou graduação, conforme Anexo I."

Art. 5º - O § 3º do art. 7º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º (...)

§ 3º - Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão, ressalvadas as hipóteses de promoção do policial que perder a vida em serviço, prevista no art. 265 da Lei 1.943/54, ou as decorrentes de ato de bravura, ou ainda, em virtude de ressarcimento por preterição."



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

Art. 6º - O caput do art. 8º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º - Na data da publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento do militar ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II."

Art. 7º - O art. 13 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13 - O militar da graduação de soldado de 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente, que for aprovado no curso de formação de oficiais, continuará a perceber o subsídio de sua respectiva graduação, até ser promovido a aspirante a oficial."

Art. 8º - O art. 17 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012."

Art. 9º - Fica alterada a redação do inciso V, do art. 3º, conforme a redação a seguir:

V - verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial de chefia, direção, assessoramento e aos integrantes da Casa Militar da Governadoria do Estado, a ser regulamentado por Lei.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012

DEPUTADO ADEMAR TRALANO

① Líder do Governo

Handwritten signature
②

Handwritten signature
③ ZUCCH

Handwritten signature
ARTABO
④

Handwritten signature
SILVEIRA

Handwritten signature
⑤
Handwritten signature
ACCORSI
⑥



Emenda de Plenário 02.

15 MAIO 2012

DAP *phais*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012


Fica alterado o Parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:


Art. 1º (...)

"Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente lei."

(...)

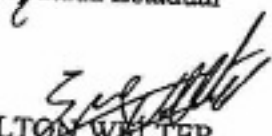
Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI
Deputado Estadual



3

Emenda de Plenário 03.

15 MAIO 2012

DAP - *[assinatura]*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Fica alterado o § 1º ao art. 2º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

“§1º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga em código de vantagem à parte e implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.”

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.

[assinatura]
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

[assinatura]
LUCIANA RAFAELIN
Deputada Estadual

[assinatura]
PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

[assinatura]
ELTON WELTER
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

[assinatura]
TÁDEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 04. 15 MAIO 2012
DAP *[assinatura]*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Fica adicionado o inciso IV, renumerando os incisos subsequentes ao art. 3º, do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

"IV - *Auxílio Transporte.*"

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.

[assinatura]
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

[assinatura]
PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual

[assinatura]
LUCIANA RABAGNIN
Deputada Estadual

[assinatura]
ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

[assinatura]
TÁDEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário OS.
DAP. *[assinatura]*
15 MAIO 2012

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Fica adicionado o inciso V, renumerando os incisos subsequentes ao art. 3º, do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

"V - Prêmio especial armas."

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.

[assinatura]
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

[assinatura]
PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual

[assinatura]
LUCIANA RAPAGNIN
Deputada Estadual

[assinatura]
ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

[assinatura]
TÁDEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 06.
DAP 14/15
15 MAIO 2012

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Fica alterado o art. 4º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A indenização por remoção é devida ao militar estadual na troca de município por força de transferência, a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem em mudança de domicílio no valor equivalente a 1 (um) subsídio de seu respectivo posto ou graduação.

(...)


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MEILO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 07.
DAP
ydaia

15 MAIO 2012

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012


Fica alterado o art. 5º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:


(...)

"Art. 5º O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas de funeral do militar estadual no valor equivalente a 1 (um) subsídio do posto ou graduação ocupada."

(...)


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TÁDEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 08.
DA P
após

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

15 MAIO 2012


Fica alterado o § 2º ao art. 5º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º (...)

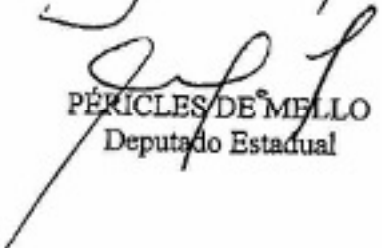
"§2º O pagamento do ressarcimento por funeral será deferido mediante requerimento administrativo, em parcela única, instruído obrigatoriamente com atestado de óbito."

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TÁDEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 09.
DAP
afins

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

15 MAIO 2012


Fica alterado o art. 6º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

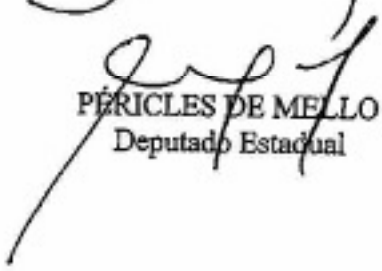
(...)

"Art. 6º O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 (onze) referências para cada posto e graduação."

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 10.
DA P. 10

15 MAIO 2012

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012


Fica alterado o § 3º ao art. 7º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

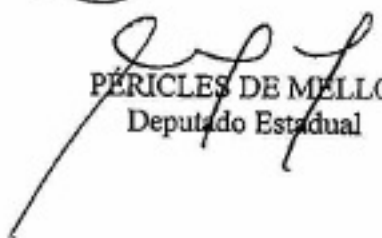
Art. 7º (...)

“§3º Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformado e geradores de pensão, ressalvada a hipótese de promoção do militar estadual que perder a vida em serviço por ato de bravura e por ressarcimento de preterição previstos na lei 1943/54.”


(...)


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI




Emenda de Plenário 14.
DA 1ª Sessão

15 MAIO 2012

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012


Suprime o § 6º ao art. 7º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 12.
DAP fls

15 MAIO 2012

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Fica adicionado o art. 8º, renumerando os demais subsequentes, ao Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º (...)

"Art. 8º O militar estadual mediante requerimento administrativo, anexado de comprovante de conclusão de curso de nível superior, passará a perceber mensalmente o percentual de 10% (dez por cento) da referência 1 (uma) graduação de soldado 1ª classe, disposto no Anexo I da presente lei."


(...)


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA BAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


EADEU VENERI



15 MAIO 2012

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012


Fica alterado o art. 8º do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:


(...)

"Art. 8º Na data da publicação da presente lei será efetivado o enquadramento do militar estadual nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II."

(...)


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI
Deputado Estadual



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

15 MAIO 2012

Fica alterado o art. 10 do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

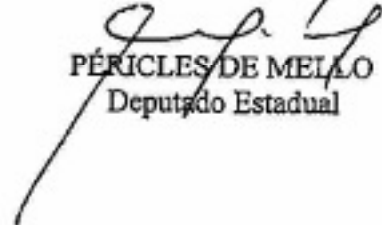
Art. 9º (...)

"Art. 10 O subsídio obedecerá ao disposto previsto no art. 37, XI da Constituição Federal, bem como ao disposto previsto no art. 34, VII da Constituição Estadual."

(...)


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


IADEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plenário 16. DAP
oficial
15 MAIO 2012

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Suprime inciso XXV, renumerando os incisos subsequentes ao art. 11, do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República.


Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TADEU VENERI
Deputado Estadual



Emenda de Plínio 17.
DAP *[assinatura]*

15 MAIO 2012

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

Fica alterado o art. 13 do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

(...)

"Art. 13 O militar estadual dos postos de soldado 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente que for aprovado no curso de formação de oficiais continuará a perceber o subsídio da sua respectiva graduação, até tomar posse na nova graduação."

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.

[Assinatura]
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

[Assinatura]
PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual

[Assinatura]
LUCIANA RAFAELIN..
Deputada Estadual

[Assinatura]
ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

[Assinatura]
TADEU VENERI



Emenda de Plenário 18 - DAP Aluis

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

15 MAIO 2012


Fica alterado o §1º ao art. 14 do Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação:

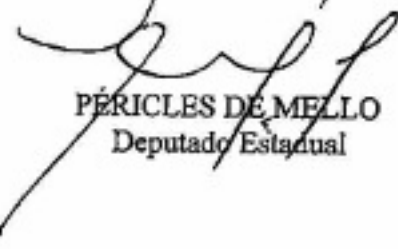
Art. 14 (...)

“§1º O valor do subsídio dos militares da reforma, reserva remunerada e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente aos anos de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


ADEU VENERI



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2012

15 MAIO 2012


Fica adicionado o art. 17 ao Projeto de Lei nº 184/2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências, que passará a vigorar com a seguinte redação, renumerando o artigo subsequente.

Art. 16 (...)

"Art. 17 A implementação do subsídio nos postos e graduações, respeitará, perenemente, o escalonamento vertical e percentual com os seguintes índices: Coronel – 100%, Tenente-Coronel – 95,24%, Major – 89,85%, Capitão – 85,57%, 1º Tenente – 59,02%, 2º Tenente – 51,32%, Aspirante a Oficial – 38,02%, Subtenente – 38,21%, 1º Sargento – 31,04%, 2º Sargento – 28,79%, 3º Sargento – 26,55%, Cabo – 24,73%, Soldado 1ª Classe – 22,48%, Soldado 2ª Classe – 10,20%, Aluno 3º CFO – 22,26%, Aluno do 2º CFO – 19,36% e aluno do 1º CFO – 17,28%."

(...)

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual

ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual


ELTON WELTER
Deputado Estadual

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual


TÁDEU VENERI
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI N.º 185/2012



Súmula: Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º O sistema remuneratório dos policiais civis e delegados, membros da Polícia Civil do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma das tabelas constantes nos Anexos I, II e III da presente Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3.º da presente Lei.

Art. 2.º Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao policial e delegado ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1.º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes nos Anexos I, II e III e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2.º A parcela correspondente à Diferença de Subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

**CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO**

Art. 3.º O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da CE/89;

II – terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da CE/89;

III – diária, na forma da legislação em vigor;

IV – indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei n.º 14.268/03 e Decreto n.º 3494/04;

V – verba transitória decorrente de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

VI – indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VII – indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VIII – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

IX – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1.º As verbas previstas nos incisos V e IX estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2.º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 4.º O subsídio para os policiais civis será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe.

Parágrafo único. Para o ano de 2012, a implantação dar-se-á na forma do Anexo I, e para o ano de 2013, na forma do Anexo II.

Art. 5.º O subsídio dos delegados será estruturado em 8 (oito) referências para cada classe, conforme Anexo III.

Art. 6.º O desenvolvimento na carreira dos policiais civis e delegados será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1.º A promoção dos policiais e delegados para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na legislação em vigor para cada carreira.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

§ 2.º O policial e delegado ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço, conforme tabelas constantes nos Anexos I, II e III.

§ 3.º Não haverá promoção de policiais e delegados aposentados e geradores de pensão.

§ 4.º A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, ao policial e delegado que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 5.º No momento em que o policial civil atingir a referência de número 6 (seis), a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo IV.

§ 6.º A progressão na carreira de delegado dar-se-á na forma do Anexo V.

§ 7.º Não haverá progressão de policial civil e delegado aposentado e gerador de pensão.

Art. 7.º Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do policial civil e delegado nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais de tempo de serviço, na forma dos Anexos VI e VII.

Parágrafo único. O enquadramento do policial civil e delegado ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 8.º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

§ 1.º A revisão geral anual de 2012, para os policiais civis e delegados, já está incluída no valor de subsídio fixado nos Anexos I e III, respectivamente.

§ 2.º A revisão geral anual de 2013, para os policiais civis, já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo II da presente Lei.

Art. 9.º O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 10. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I – salário-base;



- II – gratificação fixa de cargo em comissão;
- III – gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV – gratificação adicional Emenda 19;
- V – gratificação – Decreto 3105/97;
- VI – gratificação de representação de gabinete DAS;
- VII – gratificação de encargos especiais;
- VIII – função gratificada;
- IX – substituições;
- X – gratificação de representação de delegados;
- XI – gratificação de realização de trabalho relevante;
- XII – ajuda de custos;
- XIII – gratificação de tempo integral sobre remuneração;
- XIV – gratificação FUNRESPOL;
- XV – tempo integral e dedicação exclusiva – Polícia Civil;
- XVI – tempo integral e dedicação exclusiva;
- XVII – prêmio especial – armas;
- XVIII – gratificação GEEBE;
- XIX – correção monetária;
- XX – revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no artigo 3.º.

Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.



CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS POLICIAIS CIVIS E DELEGADOS APOSENTADOS E GERADORES DE PENSÃO

Art. 11. Aplica-se aos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1.º O valor do subsídio dos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante dos Anexos I, II e III na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2.º O enquadramento do policial civil e delegado aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3.º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL - QPPC (2012)

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Investigador de Polícia											
1ª CLASSE	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82
2ª CLASSE	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47	5.907,62	6.153,77	6.399,92	6.646,07	6.892,22	7.138,37	7.384,52
3ª CLASSE	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01	5.419,83	5.645,66	5.871,48	6.097,31	6.323,14	6.548,96	6.774,79
4ª CLASSE	4.221,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21	5.065,26	5.276,32	5.487,37	5.698,42	5.909,47	6.120,53	6.331,58
5ª CLASSE	4.020,05	4.221,05	4.422,06	4.623,06	4.824,06	5.025,06	5.226,07	5.427,07	5.628,07	5.829,07	6.030,08

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Escrivão de Polícia											
1ª CLASSE	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82
2ª CLASSE	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47	5.907,62	6.153,77	6.399,92	6.646,07	6.892,22	7.138,37	7.384,52
3ª CLASSE	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01	5.419,83	5.645,66	5.871,48	6.097,31	6.323,14	6.548,96	6.774,79
4ª CLASSE	4.221,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21	5.065,26	5.276,32	5.487,37	5.698,42	5.909,47	6.120,53	6.331,58

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Papiloscopista											
1ª CLASSE	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82
2ª CLASSE	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47	5.907,62	6.153,77	6.399,92	6.646,07	6.892,22	7.138,37	7.384,52
3ª CLASSE	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01	5.419,83	5.645,66	5.871,48	6.097,31	6.323,14	6.548,96	6.774,79
4ª CLASSE	4.221,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21	5.065,26	5.276,32	5.487,37	5.698,42	5.909,47	6.120,53	6.331,58

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Agente em Operações Policiais											
1ª CLASSE	3.901,81	4.096,90	4.291,99	4.487,08	4.682,18	4.877,27	5.072,36	5.267,45	5.462,54	5.657,63	5.852,72
2ª CLASSE	3.515,15	3.690,90	3.866,66	4.042,42	4.218,18	4.393,93	4.569,69	4.745,45	4.921,21	5.096,96	5.272,72
3ª CLASSE	3.224,91	3.386,15	3.547,40	3.708,64	3.869,89	4.031,13	4.192,38	4.353,62	4.514,87	4.676,11	4.837,36
4ª CLASSE	3.013,93	3.164,63	3.315,32	3.466,02	3.616,72	3.767,41	3.918,11	4.068,81	4.219,50	4.370,20	4.520,90

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Comissário de Polícia (em extinção)											
CLASSE ÚNICA	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82

DL
13/02/2012

ANEXO II DA LEI Nº
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL - QPPC (2013)

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Investigador de Polícia	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
1ª CLASSE	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
2ª CLASSE	5.513,77	5.789,46	6.065,14	6.340,83	6.616,52	6.892,21	7.167,90	7.443,59	7.719,27	7.994,96	8.270,65
3ª CLASSE	5.058,50	5.311,43	5.564,35	5.817,28	6.070,20	6.323,13	6.576,05	6.828,98	7.081,90	7.334,83	7.587,75
4ª CLASSE	4.727,57	4.963,95	5.200,33	5.436,71	5.673,09	5.909,47	6.145,84	6.382,22	6.618,60	6.854,98	7.091,36
5ª CLASSE	4.502,45	4.727,57	4.952,70	5.177,82	5.402,94	5.628,06	5.853,19	6.078,31	6.303,43	6.528,55	6.753,68

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Escritório de Polícia	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
1ª CLASSE	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
2ª CLASSE	5.513,77	5.789,46	6.065,14	6.340,83	6.616,52	6.892,21	7.167,90	7.443,59	7.719,27	7.994,96	8.270,65
3ª CLASSE	5.058,50	5.311,43	5.564,35	5.817,28	6.070,20	6.323,13	6.576,05	6.828,98	7.081,90	7.334,83	7.587,75
4ª CLASSE	4.727,57	4.963,95	5.200,33	5.436,71	5.673,09	5.909,47	6.145,84	6.382,22	6.618,60	6.854,98	7.091,36

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Papiloscopista	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
1ª CLASSE	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
2ª CLASSE	5.513,77	5.789,46	6.065,14	6.340,83	6.616,52	6.892,21	7.167,90	7.443,59	7.719,27	7.994,96	8.270,65
3ª CLASSE	5.058,50	5.311,43	5.564,35	5.817,28	6.070,20	6.323,13	6.576,05	6.828,98	7.081,90	7.334,83	7.587,75
4ª CLASSE	4.727,57	4.963,95	5.200,33	5.436,71	5.673,09	5.909,47	6.145,84	6.382,22	6.618,60	6.854,98	7.091,36

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Agente em Operações Policiais	4.557,23	4.785,09	5.012,95	5.240,81	5.468,67	5.696,53	5.924,39	6.152,26	6.380,12	6.607,98	6.835,84
1ª CLASSE	4.557,23	4.785,09	5.012,95	5.240,81	5.468,67	5.696,53	5.924,39	6.152,26	6.380,12	6.607,98	6.835,84
2ª CLASSE	4.105,61	4.310,89	4.516,17	4.721,45	4.926,73	5.132,01	5.337,29	5.542,57	5.747,85	5.953,13	6.158,41
3ª CLASSE	3.766,61	3.954,94	4.143,28	4.331,61	4.519,94	4.708,27	4.896,60	5.084,93	5.273,26	5.461,59	5.649,92
4ª CLASSE	3.520,20	3.696,21	3.872,22	4.048,23	4.224,24	4.400,25	4.576,26	4.752,27	4.928,28	5.104,29	5.280,30

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Comissário de Polícia (em extinção)	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
CLASSE ÚNICA	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42

DL
28/08

ANEXO III DA LEI Nº
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO
DELEGADOS

QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL - DELEGADO

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
1ª CLASSE	16.011,23	16.811,79	17.612,35	18.412,91	19.213,47	20.014,03	20.814,60	21.615,16
2ª CLASSE	15.248,79	16.011,23	16.773,67	17.536,11	18.298,55	19.060,98	19.823,42	20.585,86
3ª CLASSE	14.522,66	15.248,79	15.974,92	16.701,05	17.427,19	18.153,32	18.879,45	19.605,58
4ª CLASSE	13.831,10	14.522,66	15.214,21	15.905,77	16.597,32	17.288,88	17.980,43	18.671,99

DL
Fls. 09
9.

ANEXO IV DA LEI Nº
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

ANEXO V DA LEI Nº
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO
DELEGADO



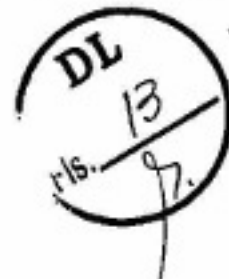
TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 30 ANOS INCOMPLETOS	6
30 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	7
35 ANOS COMPLETOS	8

ANEXO VI DA LEI Nº
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ



ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA NA CLASSE NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
1 ANUÊNIO	7
2 ANUÊNIOS	8
3 ANUÊNIOS	9
4 ANUÊNIOS	10
5 ANUÊNIOS	11

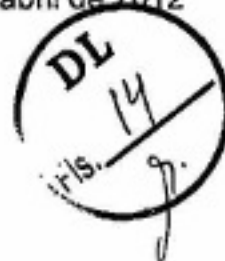
ANEXO VII DA LEI Nº
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO
DELEGADO



ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA NA CLASSE NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
6 QUINQUÊNIOS	7
7 QUINQUÊNIOS	8

MENSAGEM N.º 15/12

Curitiba, 16 de abril de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná, conforme determina o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O presente Anteprojeto de Lei é subdividido em cinco capítulos e possui sete anexos. O Capítulo I trata das disposições preliminares, fazendo referência aos Anexos I, II e III, que trazem as tabelas com os valores dos subsídios do Quadro Próprio da Polícia Civil (anexos I e II com valores previstos para 2012 e 2013) e dos Delegados (anexo III).

No Capítulo II estão relacionadas as verbas que continuam a ser pagas após a implantação do subsídio e no Capítulo III está prevista a estrutura remuneratória e forma de desenvolvimento na carreira. Para os policiais civis, o subsídio está estruturado em onze referências para cada classe, sendo a implantação prevista em dois momentos — no ano de 2012 e 2013. Para os delegados, o subsídio está estruturado em oito referências para cada classe.

O art. 5.º dispõe que o enquadramento dos policiais e delegados será realizado nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais de tempo de serviço, na forma das tabelas constantes dos Anexos VI e VII, pelas unidades administrativas competentes da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

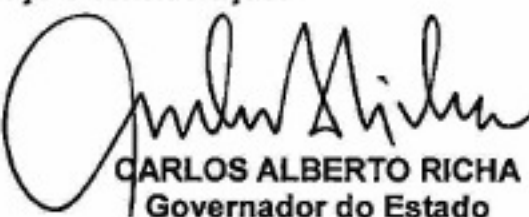
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.459.538-1

15

No art. 8.º estão relacionadas expressamente as verbas que estão compreendidas no subsídio e são por ele extintas a partir da implantação do novo regime remuneratório. O Capítulo IV trata da aplicação do sistema de subsídio aos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão, prevendo que o enquadramento nas tabelas de referências constantes na Lei será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Isto posto, certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2012

[Signature]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 087/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – A DL para providências.

Em, 25/04/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 15/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

[Signature]

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 087/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 15/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/12

Projeto de Lei nº. 185/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 015/12

Súmula: Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o §9º do art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL E DELEGADOS DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DETERMINA O §9º DO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13, 46, 47, 49, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 144 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o §9º do art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil, conforme o artigo 13, inciso XVI, da Constituição do Estado do Paraná, determina:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

Ademais, a Constituição Estadual determina que a Polícia Civil subordina-se ao Governador do Estado, bem como sua remuneração é fixada na forma disposta pelo § 4º do artigo 39 da Constituição Federal:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

Art. 47. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira, é instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

§ 5º. A remuneração dos servidores policiais civis, passa a ser fixada na forma disposta pelo § 4º do artigo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



39 da Constituição Federal em face do que dispõe o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido dispõe a Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
IV - polícias civis;

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (grifos nossos)

Com efeito, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia Civil, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR







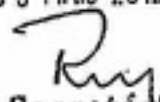




**REQUERIMENTO****APROVADO**

À Diretoria Legislativa.


Em, 09 MAIO 2012


1º Secretário

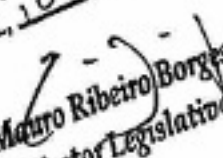
Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 10/05/12


Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 015/12 que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Sala das Comissões, 09/05/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIPIO ZUANETTI
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública



PARECER AO PROJETO DE LEI 185/12

De acordo com o que dispõe o art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 185/12, oriundo da Mensagem 015/12, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná.


A presente proposição dispõe sobre valores dos subsídios do Quadro Próprio da Polícia Civil e dos Delegados, relacionam as verbas que continuarão a serem recebidas, bem como dispõe sobre a estrutura remuneratória e forma de desenvolvimento da carreira.


Para os Policiais Civis o subsídio será estruturado em 11 (onze) referências com implantação em dois momentos: no exercício de 2012 e posteriormente em 2013. Já para os delegados haverá estruturação em 8 (oito) referências para cada classe. Acompanham o projeto tabelas de referência anexas com todos os níveis, tanto da Polícia Civil como de Delegados de Polícia.

Pelo exposto, não havendo óbices para a regular tramitação da proposição, esta Comissão manifesta-se **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei 185/12 ora em análise.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.


Deputado Estadual
Relator


Deputado Estadual
Presidente



Gilberto
Rubens



EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01 - DAP 15/05/12

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 185/12

A presente emenda visa modificar dispositivo do Projeto de Lei 185/12, oriundo da Mensagem Governamental 015/12, conforme segue:

Art. 1º - O art. 13 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012."

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.

Raymundo DOUGLAS
②

[Assinatura]
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
① Líder do Governo

[Assinatura]
ZUCCHI
③

[Assinatura]
ELIO
④

[Assinatura]
Acorsi
⑥ ACORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa normatizar o compromisso do Governo do Estado em efetuar o pagamento do reajuste do subsídio com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

[Assinatura]
ARTAGÃO
③

[Assinatura]
SILVESTRINI
⑨

PROJETO DE LEI N.º 186/2012



Súmula: Dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3.º da presente Lei.

Art. 2.º Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao perito e ao auxiliar de perícia ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1.º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2.º A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3.º O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da CE/89;

II – terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da CE/89;

III – diária, na forma da legislação em vigor;

IV – verba transitória decorrente de função privativa policial de direção, chefia ou assessoramento, a ser regulamentada por lei;

V – indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VI – indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VII – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

VIII – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1.º As verbas previstas nos incisos IV e VIII estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2.º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO

Art. 4.º O subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe, na forma do Anexo I.

Art. 5.º O desenvolvimento na carreira dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1.º A promoção dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na Lei 14.678/05.

§ 2.º Quando da promoção, o perito oficial e o agente auxiliar de perícia ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço, conforme Anexo I.

§ 3.º Não haverá promoção de perito oficial e agente auxiliar de perícia aposentado ou gerador de pensão.

§ 4.º A progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, concedida ao perito oficial e ao agente auxiliar de perícia que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

§ 5.º No momento em que o perito oficial e o auxiliar de perícia atingirem a referência de número 6 (seis) a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II.

§ 6.º Não haverá progressão de peritos oficiais e auxiliares de perícia aposentados e geradores de pensão.

Art. 6.º Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do perito oficial e do agente auxiliar de perícia ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo III.

Parágrafo único. O enquadramento do perito oficial e do agente auxiliar de perícia ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 7.º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A revisão geral anual de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 8.º O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 9.º Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I – salário-base;

II – gratificação adicional Emenda 19;

III – gratificação adicional por tempo de serviço;

IV – função gratificada;

V – gratificação de realização de trabalho relevante;

VI – ajuda de custos;

VII – gratificação tempo integral sobre remuneração;

VII – tempo integral e dedicação exclusiva;

VIII – gratificação de direção, chefia e assessoramento;

IX – adicional de insalubridade;

X – adicional de periculosidade;

XI – gratificação fixa cargo em comissão;

XII – gratificação de produtividade;

XIII – gratificação técnica;

XIV – serviço extraordinário;

XV – encargos especiais judicial;

XVI – revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no artigo 3.º.

Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERÍCIA APOSENTADOS E GERADORES DE PENSÃO

Art. 10. Aplica-se aos peritos oficiais e aos auxiliares de perícia aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1.º O valor do subsídio dos peritos oficiais e dos auxiliares de perícia aposentados e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2.º O enquadramento do perito oficial e do auxiliar de perícia aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3.º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERÍCIA
QUADRO PRÓPRIO DA PERÍCIA OFICIAL - QPPO

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PERITO OFICIAL - C I - R I	12.110,25	12.594,88	13.079,07	13.563,48	14.047,89	14.532,30	15.016,71	15.501,12	15.985,53	16.469,94	16.954,35
PERITO OFICIAL - C I - R II	11.588,76	12.052,31	12.515,86	12.979,41	13.442,96	13.906,51	14.370,06	14.833,61	15.297,16	15.760,71	16.224,26
PERITO OFICIAL - C I - R III	11.089,72	11.533,31	11.976,90	12.420,49	12.864,08	13.307,66	13.751,25	14.194,84	14.638,43	15.082,02	15.525,61
PERITO OFICIAL - C II - R I	10.462,00	10.880,48	11.298,96	11.717,44	12.135,92	12.554,40	12.972,88	13.391,36	13.809,84	14.228,32	14.646,80
PERITO OFICIAL - C II - R II	10.011,48	10.411,94	10.812,40	11.212,86	11.613,32	12.013,78	12.414,24	12.814,69	13.215,15	13.615,61	14.016,07
PERITO OFICIAL - C II - R III	9.580,36	9.963,57	10.346,79	10.730,00	11.113,22	11.496,43	11.879,65	12.262,86	12.646,08	13.029,29	13.412,50
PERITO OFICIAL - C III - R I	9.038,08	9.399,60	9.761,13	10.122,65	10.484,17	10.845,70	11.207,22	11.568,74	11.930,27	12.291,79	12.653,31
PERITO OFICIAL - C III - R II	8.648,88	8.994,84	9.340,79	9.686,75	10.032,70	10.378,66	10.724,61	11.070,57	11.416,52	11.762,48	12.108,43
PERITO OFICIAL - C III - R III	8.276,44	8.607,50	8.938,56	9.269,61	9.600,67	9.931,73	10.262,79	10.593,84	10.924,90	11.255,96	11.587,02
PERITO OFICIAL - C IV - R I	7.807,98	8.120,28	8.432,60	8.744,92	9.057,23	9.369,55	9.681,87	9.994,19	10.306,51	10.618,83	10.931,14
PERITO OFICIAL - C IV - R II	7.471,73	7.770,60	8.069,47	8.368,34	8.667,21	8.966,08	9.264,95	9.563,81	9.862,68	10.161,55	10.460,42
PERITO OFICIAL - C IV - R III	7.149,98	7.435,98	7.721,98	8.007,98	8.293,98	8.579,98	8.865,98	9.151,97	9.437,97	9.723,97	10.009,97
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C I - R I	4.134,98	4.300,39	4.465,79	4.631,19	4.796,59	4.961,99	5.127,39	5.292,79	5.458,19	5.623,59	5.788,99
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C I - R II	3.956,93	4.115,21	4.273,48	4.431,76	4.590,04	4.748,32	4.906,59	5.064,87	5.223,15	5.381,42	5.539,70
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C I - R III	3.786,54	3.938,00	4.089,46	4.240,92	4.392,39	4.543,85	4.695,31	4.846,77	4.998,23	5.149,69	5.301,16
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C II - R I	3.572,21	3.715,10	3.857,99	4.000,88	4.143,76	4.286,65	4.429,54	4.572,43	4.715,32	4.858,21	5.001,09
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C II - R II	3.418,38	3.555,12	3.691,85	3.828,59	3.965,32	4.102,06	4.238,79	4.375,53	4.512,26	4.649,00	4.785,73
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C II - R III	3.271,18	3.402,03	3.532,87	3.663,72	3.794,57	3.925,42	4.056,26	4.187,11	4.317,96	4.448,80	4.579,65
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C III - R I	3.086,02	3.209,46	3.332,90	3.456,34	3.579,78	3.703,22	3.826,66	3.950,11	4.073,55	4.196,99	4.320,43
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C III - R II	2.953,13	3.071,26	3.189,38	3.307,51	3.425,63	3.543,76	3.661,88	3.780,01	3.898,13	4.016,26	4.134,38
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C III - R III	2.825,96	2.939,00	3.052,04	3.165,08	3.278,11	3.391,15	3.504,19	3.617,23	3.730,27	3.843,31	3.956,34
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C IV - R I	2.686,00	2.772,64	2.879,28	2.985,92	3.092,56	3.199,20	3.305,84	3.412,48	3.519,12	3.625,76	3.732,40
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C IV - R II	2.551,20	2.653,25	2.755,30	2.857,34	2.959,39	3.061,44	3.163,49	3.265,54	3.367,58	3.469,63	3.571,68
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C IV - R III	2.441,34	2.538,99	2.636,65	2.734,30	2.831,95	2.929,61	3.027,26	3.124,92	3.222,57	3.320,22	3.417,88



ANEXO II DA LEI Nº
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERICIA



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

ANEXO III DA LEI Nº
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERICIA



ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA NA CLASSE NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
1 ANUÊNIO	7
2 ANUÊNIOS	8
3 ANUÊNIOS	9
4 ANUÊNIOS	10
5 ANUÊNIOS	11

MENSAGEM N.º 16/12

Curitiba, 16 de abril de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o parágrafo 9.º do artigo 144 da Constituição Federal.

O presente Anteprojeto de Lei é subdividido em cinco capítulos e possui três anexos. O Capítulo I trata das disposições preliminares, dispondo que o sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia é estabelecido por meio de subsídio, conforme Anexo I do Anteprojeto. O Anteprojeto também estabelece que o subsídio será fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória, salvo as previstas no art. 30.

O artigo 3.º enumera as verbas que continuam a ser pagas com o subsídio, esclarecendo que as mesmas não serão incorporadas aos proventos de aposentadoria e pensão. O Capítulo III trata da estrutura remuneratória da carreira, dispondo que o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será estruturado em onze referências para cada classe, conforme Anexo I. Prevê ainda os institutos de desenvolvimento na carreira e a forma de enquadramento nas respectivas referências de subsídio, na forma do Anexo III do Anteprojeto.

No artigo 8.º também estão relacionadas as verbas que estão compreendidas pelo subsídio e serão por ele extintas a partir da implantação do novo regime remuneratório, esclarecendo-se que não poderá ser concedida a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas ora extintas. A previsão expressa na lei com relação a estas verbas é extremamente salutar para o fim de assegurar a natureza de parcela única do subsídio, conforme previsto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal, evitando dúvidas acerca da manutenção do pagamento dessas verbas, uma vez que não há direito adquirido a regime remuneratório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lilph/Protocolo n.º 11.459.538-1

O Capítulo IV trata da aplicação do subsídio aos aposentados e pensionistas, estabelecendo também que o enquadramento dos mesmos será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, conforme a tabela constante no Anexo I do Anteprojeto.

Ante o exposto, certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 25 ABR. 2012
hau
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 088/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 25/04/2012
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 16/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Anexo

15:57 25/04/2012 0824-4 OF. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

2448



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/12

Projeto de Lei nº. 186/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 016/12

Súmula: Dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal.

EMENTA: SUBSÍDIO DOS PERITOS OFICIAIS E DOS AGENTES AUXILIARES DE PERÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 61 DA CF. ART. 65 E 66 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo dispor sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com relação ao tema ora proposto, vale destacar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina em seu art. 61, § 1º, II, c, que a iniciativa de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos é de competência do Chefe do Poder Executivo, conforme segue:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (grifo nosso)

Inclusive, no mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 66, inciso I, que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (grifo nosso)

Ainda, para respaldar ainda mais este posicionamento, merece destaque a seguinte decisão: ADI 4154/MT do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL QUE DISPÕE SOBRE REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO. PROJETO ORIGINADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO RECONHECIDO. VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. EXISTÊNCIA, TAMBÉM, DE VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL LIMITE ÚNICO. SUBSÍDIOS DE PARLAMENTAR LIMITADO AO DOS DESEMBARGADORES. VINCULAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. I - A iniciativa de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos é reservada ao Chefe do Poder Executivo local por força do artigo 61, § 1º, II, c, da Constituição Federal. II - Não se aplica o limite único fixado no § 12, do art. 37, da Constituição Federal, aos subsídios dos Deputados Estaduais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Distritais e dos Vereadores conforme estabelece esse mesmo dispositivo. A lei local impugnada não faz a referida ressalva. III - É vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, nos termos do art. 37, XIII, da Constituição Federal. IV - Ação direta julgada procedente para declarar a Inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 54, de 26 de agosto de 2008, que modificou o art. 145, §§ 2º e 4º, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei complementar não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o reajuste não importará em aumento de despesa para o Governo, visto que ele se dá tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do projeto de lei ora em tela.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



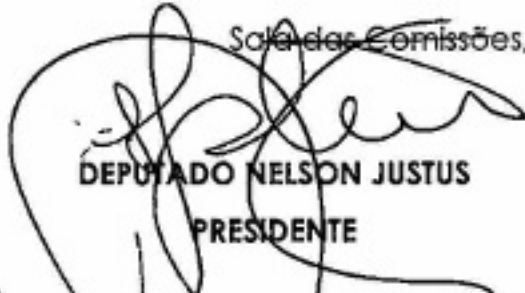
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça










CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

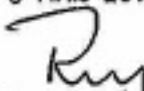


REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.


Em, 09 MAIO 2012


1º Secretário


Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Anotar-se e encaminhar-se
Para Providências
DL 10/05/12


Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 016/12 que dispõe sobre o subsídio dos Peritos Oficiais e dos Agentes Auxiliares de Perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Desta forma, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

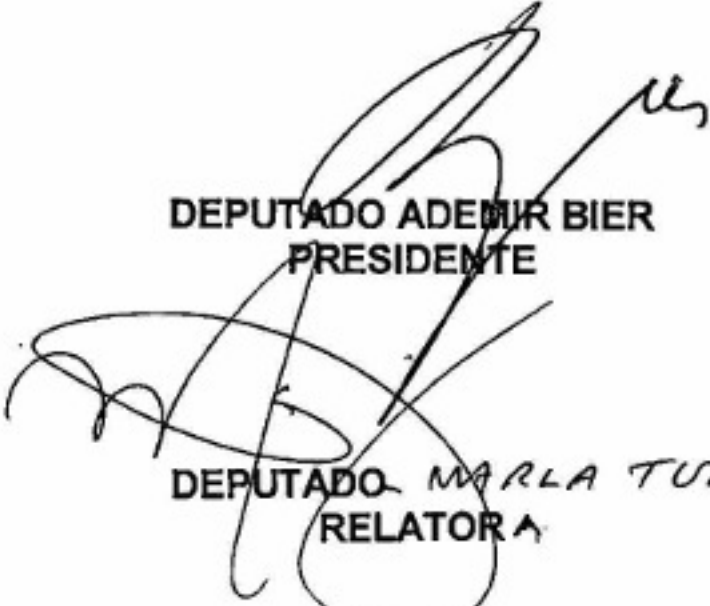
É o parecer.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Sala das Comissões, 09/05/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO MARLA TURECK
RELATORA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública



PARECER AO PROJETO DE LEI 186/12

De acordo com o que determina o art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 186/12, oriundo da Mensagem 016/12, que dispõe sobre subsídios dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º, do artigo 144, da Constituição Federal.

O projeto objetiva estabelecer que o sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia passa a ser estabelecido por meio de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer adicional (gratificação, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória), exceto as previstas no art. 3º da Lei.

Ademais, traz a estrutura remuneratória da carreira, dividida em onze referências para cada classe, conforme Anexos I e II.

Diante do exposto, considerando não haver óbices para a regular tramitação da proposição e tendo em vista as atribuições desta Comissão, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 186/12, ora em análise.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

Deputado Estadual
Relator

Deputado Estadual
Presidente

[Signature]

[Signature]
Gilberto
Pereira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ EXTRA I
LIDERANÇA DO GOVERNO


EMENDA DE PLENÁRIO 01 - DAP 15/05/12 - §
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 186/12

A presente emenda visa modificar dispositivo do Projeto de Lei 186/12, oriundo da Mensagem Governamental 016/12, conforme segue:

Art. 1º - O art. 12 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012."

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
① Líder do Governo


DOUGLAS

ZUCCHI

ELIO

ACACIO

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa normatizar o compromisso do Governo do Estado em efetuar o pagamento do reajuste do subsídio com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.


ARTAGÃO


VESTRINI

PROJETO DE LEI N.º 187 /2012

Súmula: Estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Fica criada a Função Privativa-Policial – FPP para exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, e Científica, na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 2.º A Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3.º O número de funções privativas-policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica é o constante nos Anexos II, III e IV, respectivamente.

**CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXERCÍCIO**

Art. 4.º A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao policial militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve recair, preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com habilitação profissional correspondente.

§ 1.º A Função Privativa-Policial é concedida por indicação do Titular do Órgão, exceto em relação à FPP1, que é privativa de nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º O ato concessivo da Função Privativa-Policial deve se dar por meio de nomeação publicada no Diário Oficial do Estado, que contenha o nome completo do servidor, número de identidade, código ou simbologia da função, denominação da função e descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

**CAPÍTULO III
DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL**

Art. 5.º A remuneração da Função Privativa-Policial será efetuada por meio de verba transitória, em valor único, conforme Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. A Função Privativa-Policial em substituição será remunerada nas hipóteses de férias, licença maternidade, especial, acidente de trabalho e para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família, que impliquem em período de afastamento superior a 15 (quinze) dias.

Art. 6.º A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

- I – subsídio;
- II – gratificação natalina;
- III – adicional de férias;
- IV – diária;
- V – indenização por morte e acidentes pessoais;
- VI – parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da Polícia;
- VII – indenização por remoção;
- VIII – ressarcimento por funeral;
- IX – abono de permanência;
- X – diferença de subsídio.

Parágrafo único. A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

Art. 7.º Não incidirá contribuição previdenciária sobre a parcela transitória.

Art. 8.º A parcela transitória não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras verbas remuneratórias, não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargo em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada, em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9.º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos desta Lei.

Art. 10. A quantidade de Funções Privativas-Policiais na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 11. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar, Delegado-Geral da Polícia Civil ou do Diretor-Geral da Polícia Científica, após análise das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda quanto aos assuntos referentes a cada uma das Pastas.

Art. 12. O Poder Executivo autorizará e readequará, se necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº

FUNÇÃO POLICIAL PRIVATIVA - FPP



SIMBOLOGIA

FUNÇÃO

VALOR DA VERBA TRANSITÓRIA

FPP 1	COMANDANTE-GERAL DA PMPR, DELEGADO GERAL, DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	R\$ 5.000,00
FPP 2	SUBCOMANDANTE-GERAL DA PMPR, DELEGADO-GERAL ADJUNTO, DIRETOR DO IML, DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA, COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS	R\$ 4.500,00
FPP3	CHEFE DO ESTADO MAIOR DA PMPR, CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	R\$ 4.000,00
FPP4	CORREGEDOR-GERAL DA PMPR, COMANDANTE REGIONAL, CHEFE DO ESTADO MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS, DIRETOR, CHEFE DE DIVISÃO	R\$ 3.500,00
FPP5	ASSESSOR	R\$ 3.000,00

ANEXO II DA LEI Nº
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ - PMPR

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	COMANDANTE GERAL	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP2	SUBCOMANDANTE GERAL	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP2	COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP3	CHEFE DO ESTADO MAIOR	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP4	CORREGEDOR GERAL DA PMPR	DIREÇÃO	CORREGEDORIA-GERAL	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE PESSOAL	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA FINANCEIRA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE SAÚDE	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE INFORMÁTICA E QUALIDADE	1
FPP4	CHEFE DO ESTADO MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS	CHEFIA	COMANDO GERAL	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	1º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	2º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	3º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	4º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	5º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	6º CRPM	1
FPP5	ASSESSORIA	ASSESSORAMENTO	COMANDO GERAL	6
TOTAL				18

Q

O

ANEXO III DA LEI Nº
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	DELEGADO-GERAL	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP2	DELEGADO-GERAL ADJUNTO	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP3	CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	COORDENADOR	CHEFIA	COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR FINANCEIRO	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR DE PLANEJAMENTO	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DIE - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	AIPC - AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPE - DIVISÃO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPCAP - DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DCCP - DIVISÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPI - DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPMETRO - DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DIC - DIVISÃO DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DENARC - DIVISÃO ESTADUAL DE NARCÓTIÇOS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	TIGRE - TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	COPE - CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	SECRETARIA EXECUTIVA	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	ASSESSORIA	6
TOTAL				27

DL
Fls. 07
4

ANEXO IV DA LEI Nº
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA
POLÍCIA CIENTÍFICA

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	DIREÇÃO	DIREÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	1
FPP2	DIRETOR DO IML	DIREÇÃO	INSTITUTO MÉDICO LEGAL	1
FPP2	DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA	DIREÇÃO	INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	1
TOTAL				3



MENSAGEM N.º 17/12

Curitiba, 16 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná, a partir do momento da implantação do regime de subsídio para essas carreiras.

O presente Anteprojeto cria a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica.

O artigo 2.º estabelece que a "Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento".

A remuneração da FPP será efetuada por verba transitória em valor único, conforme previsto no Anexo I do Anteprojeto de Lei. No art. 6.º estão expressamente relacionadas as verbas com as quais é compatível o pagamento da FPP, sendo prevista a sua inclusão para o cálculo de férias e gratificação natalina.

Nos artigos 7.º e 8.º está previsto que o valor correspondente à FPP não poderá ser base de cálculo para contribuição previdenciária, bem como para quaisquer outras verbas de natureza remuneratória. Dispõe ainda que a referida verba também não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargos em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
lhph/Protocolo n.º 11.459.538-1

Por fim, cumpre informar que a presente proposta contém todas as cautelas necessárias para a implantação adequada do instituto criado, estabelecendo claramente quais as hipóteses de sua concessão, sua natureza transitória e não incorporável às aposentadorias e pensões e sua compatibilidade com o pagamento das demais verbas previstas em lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 089/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 25 ABR. 2012
[Signature]
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À D.L. para providências.
Em, 25/04/2012
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 17/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012
OF CEE/G 089/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 17/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 187/2012.

Projeto de Lei nº 187/2012.

Autor: Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 17/2012.

Súmula: Estabelece a função privativa-policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

EMENTA: ESTABELECE A FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. POLICIA MILITAR. CORPO DE BOMBEIROS. POLICIA CIVIL. POLICIA CIENTÍFICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. 65, 66 e 87 DA CE. ART. 61 CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

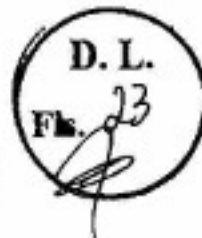
PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa criar a Função Privativo-Policial – FPP para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Primeiramente temos a organização do quadro polícia no Estado do Paraná, conforme art. 46 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:
(Redação dada pela Emenda Constitucional 10 de 16/10/2001) (vide ADIN 2616-0) (vide ADIN 2575-9)

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.
(Incluído pela Emenda Constitucional 10 de 16/10/2001)

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.
(Revogado pela Emenda Constitucional 7 de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



24/04/2000 (Revigorado pela Emenda Constitucional
10 de 16/10/2001)

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente das Polícias acima citado, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 66, que determina que é **competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (Grifo Nosso).

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

O projeto ora em análise, também esbarra na **CONSTITUÇÃO FEDERAL** ao infringir o **art. 61, § 1º, II, c, que, de forma análoga**, preceitua:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

O Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 09 MAIO 2012

Ruy
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

Ademar Traiano
Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL 10 104/12

Mauro Ribeiro Borges
Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 187/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 017/12, que estabelece a função privativa-Policial-FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Desta forma, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

De igual modo constata-se que o autor na sua justificativa esclarece que, se for necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 09/05/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO MARLA TURECK
RELATORA







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública



PARECER AO PROJETO DE LEI 187/12

De acordo com o que dispõe o art. 33-H, do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública vem se manifestar sobre o Projeto de Lei 187/12, proveniente da Mensagem Governamental 017/12, que estabelece a função privativa-policial - FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

O objetivo do projeto é criar a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Polícia Civil e Científica.

Cabe salientar que a remuneração será efetuada por verba transitória em valor único, conforme previsto no Anexo I do Projeto.


Por fim, cumpre informar que a presente proposta contém todas as cautelas necessárias para a implantação adequada do instituto criado, estabelecendo claramente quais as hipóteses de sua concessão, sua natureza transitória e não incorporável às aposentadorias e pensões, bem como sua compatibilidade com o pagamento das demais verbas previstas em lei.

Sendo assim, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 187/12, por não haver óbices para a sua regular tramitação.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.


Deputado Estadual
Relator


Deputado Estadual
Presidente


Elói


Gilberto
Ribeiro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

EXTRA I

EMENDA DE PLENÁRIO 01 - DAP 15/05/12 \$

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 187/12

A presente emenda visa modificar dispositivo do Projeto de Lei 187/12, oriundo da Mensagem Governamental 017/12, conforme segue:

Art. 1º - O art. 13 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012."

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2012.


① DOUGLAS

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
② Líder do Governo

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa normatizar o compromisso do Governo do Estado em efetuar o pagamento do reajuste do subsídio com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.


③ ARTAGÃO


⑥ SILVESTRE


⑤ G. L. O.


④ ZUCCHI


⑦ ROSI



Emenda de Plenário
Nº 02
DAP
15 MAIO 2012

EMENDA ADITIVA

EMENTA: Acrescenta parágrafo 2º ao Projeto de Lei 187/2012 de autoria do Poder Executivo.

Art. 1º - Acrescenta-se parágrafo 2º ao art. 6º do Projeto de Lei nº. 187/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

Parágrafo 1º - A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

Parágrafo 2º - Para o cargo de Escrivão de Polícia Civil será obrigatória a formação específica de bacharel em direito.

Plenário das Sessões, 15 de maio de 2012.

Luciana
① Tadeu Veneri
Deputado Estadual
② ELTON
③ PEDICLES
④ LEMOS



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA

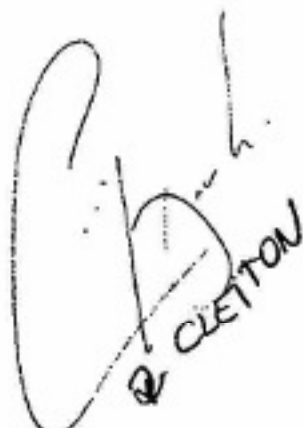




EMENDA DE PLNÁRIO 03 - DAP. 15/05/12 - \$

EMENTA: altera o artigo 4º do Projeto de Lei
187/2012 de autoria do Poder Executivo.

Art. 1º. – O art. 4º do Projeto de Lei nº 187/2012 passa a vigorar com a seguinte
redação:

Art. 4º. – A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao
policia militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve
recair preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com
habilitação profissional correspondente, sendo estendido também aos
policiais militares praças que exerçam função de comando.

Plenário das Sessões, 15 de maio de 2012.

 2 CLEITON
 1 Tadeu Veneri
Deputado Estadual
 3 FEMOS
 4 Pericles
 5 ELTON

18:42 15/05/2012 08:29:52 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

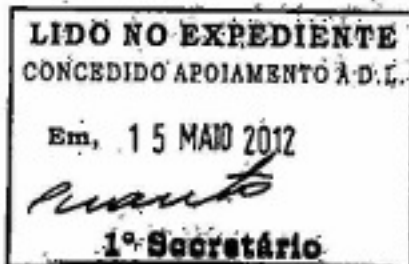
15 MAIO 2012



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador



Palácio Iguaçu, Curitiba, 14 de maio de 2012
OF CEE/G 120/12

I - À DAP para abertura do expediente

II - À DL para providências.

Em 15/05/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Terho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, com fulcro no que autoriza o art. 137 e o art. 141, § 3.º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a presente Emenda ao Projeto de Lei n.º 187/2012, que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná, oriundo da Mensagem Governamental 17/2012.

O Projeto de Lei n.º 187/2012, em seu original, deixou de contemplar, no Anexo I, a percepção de verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial aos integrantes da Casa Militar da Governadoria do Estado, que compõem a estrutura da Polícia Militar do Paraná, conforme Lei de Fixação de Efetivo e Quadro Organizacional desta última.

Cumpré asseverar que a Casa Militar da Governadoria do Estado – criada na década de 20 (Lei n.º 1.951, de 25 de março de 1920) – é um órgão da Administração Pública Direta, previsto no art. 17 da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987, com a redação dada pela Lei n.º 9.943, de 27 de abril de 1992, e regulamentada pelo Decreto n.º 1.132, de 11 de julho de 2007.

A Casa Militar tem, como missão fundamental, a proteção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e de sua família, na forma regulamentar, entre outras atividades:

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CTL/CEE/CEVF/JC



"...art. 17. O âmbito de ação da Casa Militar compreende: a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador; a transmissão e o controle da execução das ordens dele emanadas; a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil; outras atividades correlatas."

Na mesma seara, a supramencionada legislação assim especifica:

"art. 44. As atribuições básicas dos ocupantes de posições de chefia no âmbito da Governadoria, assim se especificam:

I -

II -

III - Ao Chefe da Casa Militar:

- a) promover a administração geral da Casa Militar;
- b) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;
- c) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Militar;
- d) promover a recepção das autoridades militares que se dirijam ao Governador;
- e) promover as medidas de segurança do Governador e de seus familiares, do Palácio e das residências oficiais do Governo;
- f) representar o Governador, quando designado;
- g) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

(...)

O Decreto n.º 1.132, de 11 de julho de 2007, que aprovou o Regulamento da Casa Militar, dispõe:

"Art. 2.º O âmbito de ação da Casa Militar compreende as seguintes atividades:

I – a assistência direta ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar;

II – o assessoramento e a coordenação das relações do Governador do Estado em assuntos pertinentes às Forças Armadas ou de natureza militar;

III – o planejamento, a direção e a execução dos serviços de segurança pessoal do Governador do Estado, da sua família e do Vice-Governador;

IV – a coordenação dos serviços de segurança física do Palácio, das residências oficiais e de edificações determinadas pelo Governador;

V – a recepção, o estudo e a triagem dos expedientes militares encaminhadas ao Governador;

VI – a transmissão e o controle da execução das ordens emanadas do Governador;

VII – o transporte aéreo do Governador e das autoridades por ele autorizadas, bem como o cumprimento de atividades aéreas de interesse do Estado;

VIII – o transporte rodoviário do Governador, hóspedes oficiais e de outras autoridades por ele autorizadas, bem como o cumprimento de atividades rodoviárias de interesse do Estado;

IX – a expedição de identificações funcionais;

X – a seleção, o treinamento, a especialização e o aperfeiçoamento de seu pessoal;

XI – o cumprimento de missões ou determinações do Governador;

XII – a adoção de medidas para o atendimento do Governador, quando em viagem;

XIII – o cerimonial militar;

XIV – a assistência aos hóspedes oficiais em vista ao Estado, provendo, quando couber, a segurança, o transporte e as honras militares;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Cont. OF CEE/G 120/12

fl.04

XV - a coordenação e a execução dos serviços de Ajudância de Ordens do Governador do Estado, da Primeira Dama e do Vice-Governador do Estado;

XVI - a coordenação dos serviços de Ajudância de ordens das autoridades e dignitários, em visita oficial ao Estado, quando determinado pelo Governador do Estado; e

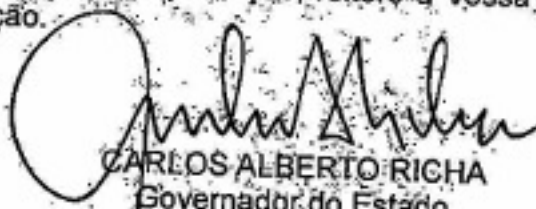
XVII - a organização, coordenação e orientação do Sistema Estadual de Defesa Civil (...).

Destarte, a acentuada gama de atividades legal e regularmente atribuída à competência da Casa Militar impõe a este órgão do Estado, de natureza militar, a aplicação diuturna de militares estaduais em diversas e relevantes tarefas voltadas à proteção e à segurança do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado e dos respectivos familiares, além de outras autoridades brasileiras e internacionais que se façam presentes no Estado do Paraná.

Neste espectro, impõe-se ao militar estadual lotado na Casa Militar uma dedicação exclusiva aos interesses governamentais, mediante o cumprimento de serviços ordinários, extraordinários e especiais, em variadas jornadas de trabalho e em diversos ambientes, seja na Capital, seja no interior do Estado, estando a estrutura administrativa e operacional da Casa Militar, em sua plenitude, sempre pronta à realização das mais variadas missões decorrentes das necessidades e anseios das autoridades governamentais, independentemente do mero cumprimento de escalas, portanto, com prontidão integral.

Sendo assim, é medida justa e necessária assegurar aos integrantes da Casa Militar da Governadoria de Estado a correspondente verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial, na forma proposta pela nova redação do Anexo I desse Projeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 187/2012

Com fulcro no que autoriza o artigo 141, § 3.º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterado o Anexo J e acrescenta o Anexo V ao Projeto de Lei 187/12, oriundo da Mensagem Governamental 17/2012, bem como altera os artigos 1.º, 3.º e 10, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º Fica criada a Função Privativa Policial - FPP para o exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica, e para o exercício de atribuições inerentes à Casa Militar da Governadoria do Estado, na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 3.º O número de funções privativas policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, Científica e Casa Militar da Governadoria do Estado é o constante nos Anexos II, III, IV e V, respectivamente.

Art. 10 A quantidade de Funções Privativas Policiais previstas nesta Lei, para os órgãos relacionados no Art. 1.º, poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Curitiba, 14 de maio de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Cont. OF CEE/G 120/12

fl.06

**ANEXO I DA LEI N.º
FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL – FPP**

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	VALOR DA VERBA TRANSITÓRIA
FPP 1	COMANDANTE-GERAL DA PMPB, CHEFE DA CASA MILITAR, DELEGADO-GERAL, DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	
FPP 2	SUBCOMANDANTE-GERAL DA PMPB, SUBCHEFE DA CASA MILITAR, DELEGADO-GERAL-ADJUNTO, DIRETOR DO IVI, DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA, COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS	R\$ 5.000,00
FPP 3	CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA PMPB, CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	R\$ 4.500,00
FPP 4	CORREGEDOR-GERAL DA PMPB, COMANDANTE REGIONAL, CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS, DIRETOR, CHEFE DE DIVISÃO E CHEFE DE SEÇÕES DA CASA MILITAR	R\$ 4.000,00
FPP 5	ASSESSOR E ASSESSOR DA CASA MILITAR	R\$ 3.500,00
FPP 6	COORDENADOR DE EQUIPE DA CASA MILITAR	R\$ 3.000,00
FPP 7	SUBCOORDENADOR DE EQUIPE DA CASA MILITAR	R\$ 2.500,00
FPP 8	CHEFE DE SETOR DA CASA MILITAR	R\$ 1.750,00
FPP 9	AGENTE OPERACIONAL DA CASA MILITAR	R\$ 1.250,00

**ANEXO V LEI N.º
QUANTIDADE DE FUNÇÕES PRIVATIVAS POLICIAIS
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA**

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP 1	CHEFE DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 2	SUBCHEFE DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES E SEGURANÇA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA DE MANUTENÇÃO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO DE DEFESA CIVIL DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 5	CHEFE DE GABINETE DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 5	ASSESSOR TÉCNICO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 5	CHEFE DO CONTROLE INTERNO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 6	COORDENADOR DE EQUIPES DE SEGURANÇA APROXIMADA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	6
FPP 7	SUBCOORDENADOR DE EQUIPES DE SEGURANÇA APROXIMADA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	4
FPP 7	SUBCOORDENADOR DE EQUIPES DE SEGURANÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES E DE PONTOS SENSÍVEIS DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 8	CHEFE DE SETOR OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	5
FPP 8	ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	2
FPP 9	AGENTE OPERACIONAL DE SEGURANÇA APROXIMADA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	24
FPP 9	AGENTE OPERACIONAL DE SEGURANÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES E DE PONTOS SENSÍVEIS DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	00
TOTAL			60

Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.º, Centro Cívico, 80530-909 Curitiba | Paraná | Brasil
 Fone: (41) 3350-2800 | Fax: (41) 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4289 | www.pr.gov.br

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Referência: emenda Projeto de Lei 187/2012

As emendas solicitadas ao Projeto de Lei 187/2012, que trata da criação de FPP – Funções Privativas Policiais para os integrantes da Casa Militar, pela forma como está concebido, não acarreta aumento ou geração de novas despesas com pessoal.

A emenda contempla a implantação de 60 (sessenta) funções na Casa Militar, para as quais continuará o mesmo impacto financeiro, em forma de substituição à indenização de representação que está sendo extinta, por ser incompatível com a remuneração dos militares estaduais, em forma de subsídio.

O dispêndio financeiro mensal com a FPP será de R\$ 89.700,00 (oitenta e nove mil e setecentos reais), o mesmo valor hoje empenhado com o pagamento das indenizações de representação.

Impacto financeiro novo somente quando a FPP for estendida para mais integrantes da Casa Militar, observando os limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), ouvidos as secretarias competentes.

Curitiba, 15 de maio de 2012.



Major GCPM Lillo de Oliveira Manoel
Diretor Geral da Casa Militar.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N.º 188/2012

Súmula: Autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Art. 1.º Fica autorizada a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, estando convalidada a autorização decorrente do que dispõe o art. 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2.º A presente autorização não exime a possibilidade de responsabilização diante da ausência da autorização convalidada no art. 1.º desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 23/12

Curitiba, 24 de abril de 2012

Senhor Presidente,

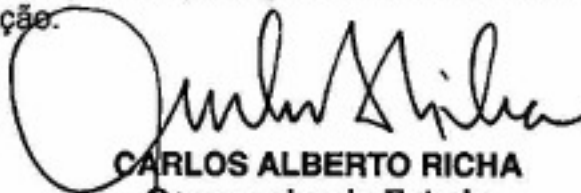
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Trata-se da autorização para a operação da Usina e das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora, atuando como produtor independente de energia elétrica, com conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Copel Geração S.A., atualmente denominada Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., amparadas pela Lei Estadual n.º 14.896/2005, constituíram o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS para participar do leilão de energia aberto pelo Edital n.º 004/2006 – Aneel, de 21.09.2006, do qual foram vencedoras, tendo-lhes sido outorgada concessão através do Decreto Presidencial publicado no D.O.U. de 29.06.2007, conforme o Contrato de Concessão n.º 001/2007-MME-UHE Mauá, de 03.07.2007.

Insta salientar que a presente autorização não exime a possibilidade de responsabilização diante da ausência da autorização convalidada no Anteprojeto de Lei ora proposto.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2012

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 24 de abril de 2012
OF CEE/G 103/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – A DL para providências.

Em 25/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 23, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio Iguaçu – Curitiba, 24 de abril de 2012
OF CEE/G 103/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 23, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 188/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 023/12.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 188/12, oriundo da Mensagem nº 023/12.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2012.

Ademar Traiano
Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Anote-se, junto-se a Proposição de
referência
DL. 10/05/2012

Munro Ribeiro Borges
Munro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 188/12

Projeto de Lei nº 188/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 23/12

Súmula: Autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná.

EMENTA: AUTORIZA A OPERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DENOMINADA UHE MAUÁ, LOCALIZADA NO RIO TIBAGI, NOS MUNICÍPIOS DE TELÊMACO BORBA E ORTIGUEIRA, NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 10º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a operação da Usina Hidrelétrica denominada na UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.
Em 08/05/12
Cesar Telles
CCU



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno, observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Entende-se por **Usina Hidrelétrica de Energia - UHE** - toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

c. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia - é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL.

Além disso, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Usina Hidrelétrica de Energia - UHE necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 10º Empreendimentos caracterizados como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada acima de 10 MW, e como USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA - UHE, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

a) Cadastro de Obras Diversas - COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico / Estudo de Viabilidade do Empreendimento;

d) Projeto Básico Ambiental - PBA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

vice-presidente

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE *Ausente*

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná EXTRA I

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Rasca Rodrigues

EMENDA DE PLENÁRIO 01-DAP 15/05/12

§

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 188/2012

De acordo com o que determinam os artigos 137, §4º e 141, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 1º do Projeto de Lei nº 188/12 a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica aprovada a construção da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, estando convalidada a autorização decorrente do que dispõe o art. 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2012.

18136 15/05/2012 082949 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

RASCA RODRIGUES
DEPUTADO ESTADUAL

[Handwritten signature]
Secretaria
21/05

[Handwritten signature]
21/05